

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005121-21.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Esbulho / Turbação / Ameaça**
 Embargante: **Edmilson da Fonseca**
 Embargado: **Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S/A**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

PROCESSO Nº 1005121-21.2015**VISTOS.**

EDMILSON DA FONSECA propôs os presentes **EMBARGOS DE TERCEIRO** em face de **CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTOS S/A.**

Alega o embargante, em suma, que é proprietário e possuidor do veículo I/VW AMAROK, placa ERH 3080, que acabou sendo bloqueado por ordem judicial emitida na execução nº 808/13, desta Vara. Afirmo que adquiriu o veículo em meados de 2014, mas apenas no dia 06/01/15 foi preenchida a autorização para transferência; o bloqueio, por sua vez, ocorreu em 30/01/2015. É assim, comprador de boa-fé. Requereu, por fim, o levantamento definitivo da constrição.

A inicial veio instruída com documentos.

Devidamente citada, a embargada apresentou contestação a fls. 58 e ss alegando preliminar de ilegitimidade ativa. No mérito, sustentou que o veículo bloqueado se encontra em nome da executada junto ao sistema RENAJUD, antes da assinatura do recibo de venda. Sustentando a ocorrência de fraude à execução, já que a ação monitória nº 808/13 foi convertida em execução



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

em 13/05/13, pediu a improcedência dos embargos.

Sobreveio réplica às fls. 89/92.

As partes foram instadas a produzir provas. O embargante não se manifestou a respeito e a embargada pediu o julgamento antecipado da lide.

Declarada encerrada a instrução, as partes apresentaram memoriais às fls. 110/114 e 115/118.

É o **RELATÓRIO**.

DECIDO, antecipadamente, por entender completa a cognição.

A princípio cabe afastar a preliminar de ilegitimidade ativa, uma vez que bens móveis são transferidos com a tradição e não com o registro no órgão competente (a respeito confira-se art. 1.226, do CC).

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 330, I, do Código de Processo Civil, já que as partes não pretendem a produção de outras provas.

O documento carreado a fls. 10 esta preenchido em nome do embargante; revela que o veículo foi adquirido por ele em **06/01/15**, antes, portanto, do bloqueio judicial determinado na execução (**ocorrido em 30/01/15 — fls. 49**).

Releva notar que a infração de trânsito cometida no dia



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

09/01/15 já foi encaminhada para o nome do embargante (cf. fls. 11/12).

Desse modo, como o registro do bloqueio no órgão de trânsito foi posterior à venda fica afastada a presunção de fraude e reputada eficaz a alienação, como já decidiu o STJ, por sua 2ª Turma (REsp 944.250, j. em 20/08/2007)

Ademais, não era **exigível** do embargante, na corriqueira atividade de comprar um veículo, a pesquisa/busca no Cartório distribuidor desta Comarca, em que reside o antigo proprietário, da existência de ações; nem essa cautela lhe daria plena segurança, na medida em que em outros foros (pelo território nacional) poderia haver o curso de processos, também com efeito de onerar o bem.

Referida pesquisa não configura praxe em negócios de tal natureza; o que o comprador se preocupa em buscar **é o órgão de trânsito** e os sistemas informatizados sobre multas e impostos pendentes (e essa averiguação foi operacionada sem qualquer apontamento).

Resta claro, assim, que o embargante é **terceiro de boa-fé**, já que adquiriu o bem sem conhecimento do vício que o maculava.

Na data da transação nenhuma restrição constava no prontuário do inanimado.....

Em casos como o analisado a boa-fé se presume cabendo a parte contrária, mais especificamente o exequente/embargado, derrubar tal presunção.

E, tal prova não foi produzida no processo; aliás, o exequente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

não colocou em dúvida a boa-fé do adquirente.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE TERCEIRO. COMPRA E VENDA. VEÍCULO. ADQUIRENTE DE BOA-FÉ. CERTIFICADO SEM RESTRIÇÃO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. LEASING. É considerado terceiro de boa-fé, para fins de embargos de terceiro, o adquirente de veículo automotor, cujo certificado não contém qualquer restrição. (2º TACivSP – Apel c/ Rev. nº 638.559 – Franca – Rel. Juiz Artur Marques – J. 26/08/2002 – grifei).

EMBARGOS DE TERCEIRO - Busca e apreensão - Veículo - Alienação que não foi anotada no certificado da repartição de trânsito, preserva-se a boa-fé do adquirente, mantendo-se o acolhimento de seus embargos de terceiro - Recurso improvido.(TJSP - Ap. Cível nº 1.019.142-0/5 - Santa Cruz do Rio Pardo - 28ª Câmara de Direito Privado - Relator Celso Pimentel - J. 12.06.07 - v.u. Voto nº 12.651).

EMENTA: Prestação de Serviços educacionais – Cobrança – Execução do julgado – Veículo alienado em janeiro de 2014 – Penhora deferida em julho do mesmo ano – Registro Administrativo do bem sem qualquer restrição – fraude à execução não caracterizada – Agravo Provido.

Assim, só resta ao Juízo acolher a postulação trazida nos presentes embargos.

Destarte, **ACOLHO OS PRESENTES EMBARGOS**, para o fim de livrar da constrição o veículo em questão.

Oficie-se para retirada da restrição no órgão de trânsito (placa



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ERH 3080).

Como grande parcela de responsabilidade na linha de desdobramento causal coube ao embargante, que não providenciou a transferência do bem para seu nome no prazo legal, permitindo assim o pedido da exequente (constrição), ficará responsável pelo pagamento das custas.

Cada parte arcará com os honorários dos respectivos patronos.

Após o trânsito em julgado, certifique-se na execução o aqui decidido.

P.R.I.

São Carlos, 24 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**